

OUTRAS MATÉRIAS

ERRATA

Portaria Nº 031/2019-MP - 3º PJ MA/PC/HU-BEL

Publicado no DOE nº de 03/04/2019 – protocolo nº420213

onde se lê: “Considerando a solicitação de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica em ruas do bairro da Marambaia”.**leia-se:** “Considerando o pedido de serviços de saneamento e pavimentação para as ruas Ailton Sena, Waldermar Henrique, José Homobono e Passagem Bom Jesus, situadas no bairro da Sacramenta, nesta cidade”

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 683314**Pregão Eletrônico nº 018/2021-MP/PA**

Tratam os presentes autos de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, a ser executado mediante empreitada por preço global, para a contratação de serviços de desinratização, desratização e descupinização nas áreas internas e externas dos prédios do Ministério Público do Estado do Pará, conforme Termo de Referência.

Considerando as razões contidas na manifestação da Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral de Justiça vinculada à Atividade de Licitações e Contratos, em parecer datado de 11/07/2021, decido acolher in totum a referida manifestação, a qual utilizo como fundamento para a presente decisão, no sentido de ANULAR os atos praticados no presente procedimento licitatório, especificamente, os praticados a partir do julgamento das propostas, diante da ausência de análise expressa da conformidade das propostas com o termo de referência; a contagem equivocada dos prazos da etapa recursal, pela inserção extemporânea da reconsideração da pregoeira e presença de elemento extra petita na referida decisão recursal, com fundamento no art. 50 do Decreto Federal nº 10.024/2019 C/C art. 49 da Lei nº 8.666/93. Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de Recurso Administrativo em face da Decisão ora proferida. Os Recursos Administrativos em face desta decisão devem ser encaminhados para o e-mail: pregao@mppa.mp.br. CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 683351**EXTRATO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021-MPPA/MEL.**

A Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Melgaço, com fundamento no art. 54, VI e § 3º, da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 01/2021-MPPA/MEL, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Melgaço. Envolvido: Polícia Civil de Melgaço. Assunto: acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço de segurança pública pela Polícia Civil, no município de Melgaço, a fim de que as disposições do Código de Processo Penal sejam atendidas e de que seja assegurados o zelo, a presteza, eficiência e a probidade no atendimento da população. CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO - Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Melgaço.

Protocolo: 683304**Portaria Nº 0601/2021-MP/SUB-JI**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018, R E S O L V E:

CONCEDER ao membro abaixo discriminado licença por luto, com fulcro no art. 137 da Lei Complementar nº 057, de 06/07/2006.

- ALBELY MIRANDA LOBATO – Período: 20 a 27/10/2019 - GEDOC nº 122109/2019 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

BELÉM, 20 de julho de 2021.

SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional, em exercício

Protocolo: 683267**Portaria Nº 2047/2021-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a Ofício n.º 284/2020-MP/PJCP Referente a Notícia de Fato SIMP N.º 000462-139/2020.

R E S O L V E:

DELEGAR poderes de Órgão de Execução ao Promotor de Justiça LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO para atuar na Notícia de Fato supramencionada podendo tomar todas as medidas que entender cabíveis e necessárias a instrução processual, inclusive, investigar, requisitar diligências, informações, exames, perícias, documentos, expedir notificações e intimações, realizar oitivas para colheitas de informações e esclarecimentos, requerer e acompanhar buscas e apreensões desde que deferidas pelas autoridades judiciárias, oferecer denúncia, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até o final do processo, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem ao indiciado e pessoas envolvidas. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 19 de julho de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 683241**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

A Promotora de Justiça titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da Resolução nº 023/2007 do CNMP de 17/09/2006, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo listado, que se encontra em trâmite na Promotoria de Justiça de Ananindeua, com sede na Rodovia BR 316, Km 08, s/n, Centro, Ananindeua, Pará.

Portaria N.014/2021-MP/3ªPJII**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 000471-450/2021**

OBJETO: Acompanhar as visitas periódicas e extraordinárias ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II de Ananindeua – responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional.

Protocolo: 683420**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

A Promotora de Justiça titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da Resolução nº 023/2007 do CNMP de 17/09/2006, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo listado, que se encontra em trâmite na Promotoria de Justiça de Ananindeua, com sede na Rodovia BR 316, Km 08, s/n, Centro, Ananindeua, Pará.

Portaria N.015/2021-MP/3ªPJII**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 000472-450/2021**

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar de forma continuada o funcionamento dos Conselhos Tutelares I e II de Ananindeua.

Protocolo: 683424**AVISO Nº 16/2021-CSMP/MPPA**Faço público, a quem interessar possa que a 7ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior, realizar-se-á das 8h do dia 26/07 até às 18h do dia 30/07/2021, no site: www.mppa.mp.br, para apreciação da pauta a seguir:**ITENS DA PAUTA:**

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo nº 000014-150/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Nádia Sena Silva

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades, apontadas por comunidade escolar, em desfavor da Diretora Nádia Silva na Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré de Belém

1.1.2. Processo nº 000074-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Administração de Belém (SEMAD)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Pregão n.º 047/2011, da Secretaria Municipal de Administração de Belém

1.1.3. Processo nº 000090-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Secretaria de Estado de Educação

1.1.4. Processo nº 000155-095/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” de Marabá

Origem: PJ de Itupiranga

Assunto: Apurar condições precárias de trabalho vivenciadas no CPC Renato Chaves, Regional de Marabá, a respeito do quadro de servidores e das condições físicas para o adequado funcionamento

1.1.5. Processo nº 000174-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação (SEDUC)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar irregularidades em Relatório de Fiscalização da Auditoria Geral do Estado, referentes a contratos celebrados na SEDUC, anos de 2008 e 2009

1.1.6. Processo nº 000196-125/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Studio Pub e Studio Garden

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto: Apurar suposta poluição sonora proveniente dos estabelecimentos “Studio Pub” e “Studio Garden”

1.1.7. Processo nº 000200-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em razão da não conclusão das obras de pavimentação asfáltica no Conjunto Catalina, pela SEDOP

1.1.8. Processo nº 000251-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho (MPT)

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde (SESMA)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação de funcionários públicos pela Secretaria Municipal de Saúde, com data retroativa, objetivando desrespeitar lei eleitoral

1.1.9. Processo nº 000418-148/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Nilton Lopes de Farias

Origem: PJ de Baião

Assunto: Apurar suposto gerenciamento irregular, pelo Prefeito Municipal de Baião, das contas municipais referentes ao exercício financeiro de 2016

1.1.10. Processo nº 000820-058/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Transporte Fluvial em Portel

Origem: PJ de Portel

Assunto: Apurar precariedade do transporte fluvial intermunicipal e interestadual de passageiros do município de Portel.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo nº 003313-030/2020